

**BARRICADAS: POLÍTICAS DE SEGURANÇA E CONTENÇÃO DA
MOBILIDADE**

Juliana Araújo Peres Grabois (julianagrabois.geografia@gmail.com)

A violência como empecilho à mobilidade urbana é um tema pouco abordado nos estudos sobre mobilidade. No entorno ou dentro dos meios de transporte, a violência acontece e para, imobiliza pessoas, grupos, uma cidade inteira. Atendo-me à violência que ocorre no entorno dos meios de transporte motorizados e sobre trilhos, no estado do Rio de Janeiro.

Os conflitos armados entre as facções do mercado de varejo de drogas, ou entre a polícia e essas facções, são cotidianos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Muito é dito nas mídias e na academia sobre a violência crua das mortes, dos feridos, das casas e famílias destruídas: o protagonismo da necropolítica. No entanto, acrescentada a isso, uma mobilidade mal planejada e (ou) mal executada promove a violência da contenção dos corpos: o corpo é impedido de ir e vir na cidade, sem conseguir ativa e conscientemente fazer e ser a cidade. Em um exercício do biopoder, as políticas públicas de mobilidade, de moradia, de uso da terra urbana, rankeiam, gerenciam e distribuem os grupos populacionais que usufruem dos privilégios das centralidades e aqueles que ficam apartados delas, e de sua estrutura. É violento o desprivilégio da distância e da baixa velocidade para vencê-la. Quando os conflitos armados incidem sobre os territórios das favelas e das periferias das cidades, a mobilidade fica ainda mais reduzida.

A imobilidade sob tiroteio não é externalidade da política pública de segurança, mas um resultado direto de uma política (re)produzida nas práticas de violência do racismo, estruturante na sociedade brasileira. As favelas e periferias, territórios de resistência de vida da população negra, são, discursivamente, reduzidos a um espaço de criminalidade, não somente pela presença exposta do crime organizado, mas pelas ocupações ilegais de terrenos para construção de moradia. A favela como locus do crime remonta às suas origens, no início do século XX, quando negros ex-escravizados e pobres ocupavam os morros da cidade do Rio de Janeiro. A polícia chegava para desbaratar esses aquilombamentos e tomar o território, as reformas urbanas aplainaram morros e passaram a cidade por cima. A política pública de segurança atual mantém o procedimento de “retomada de território”, como se os moradores de favelas não fossem cidadãos que habitam na mesma cidade e no mesmo estado que os demais. De fato, o status de cidadania varia de acordo com corpo (seu gênero/cor/idade/sexualidade) e sua localidade.

Os corpos vilipendiados de suas possibilidades de caminhos - tanto físicos quanto sociais - vestem um avatar heróico para vencer o medo das balas, para sair e chegar, para ficar e permanecer. Por causa dos tiroteios: as vans somem; os ramais de trem param; ônibus são feitos de barricadas pelas facções, ou retirados de circulação pelas empresas privadas que operam as linhas; os engarrafamentos proliferam; estações de metrô e de BRT incham de pessoas buscando alternativas, como saltar em alguma estação, relativamente próxima, e fazer uma longa caminhada forçada. Para os que têm o privilégio da cidadania completa, é possível flunar pela cidade sem preocupação.

Palavras-chave: corpo; mobilidade; segurança; racismo; necropolítica; biopoder.